



TEXTO SÍNTESE DO GT 08 FEMINISMO E AGROECOLOGIA QUAIS SUJEITOS POLÍTICOS?

Isabelle Hillenkamp¹; Miriam Nobre²; Rodica Weitzman³; Vilênia Aguiar⁴

¹IRD-CESSMA, França; ²ONG SOF, Brasil; ³IPPUR/UFRJ; ⁴Secretaria de Mulheres da CONTAG

1. Perfil das autoras dos trabalhos apresentados no GT

a. Instituições representadas na Sessão

Universidades brasileiras: UFRPE, UFPR, Unicamp, UFFS, UFAL, UNESP, UECE, UFPB, PPGAA/UFPA, UFVJM; PGDR/UFRGS ; Núcleo Interdisciplinar de Estudos Feministas e Desenvolvimento - UFRGS; UFC; IFP – Campus Princesa Isabel, UNIVASF, UFBA, UFCG, UFRPE/UAST, UFG, Universidades e institutos de pesquisa estrangeiros: Université Toulouse (França), Universidade Nacional de Comahue (Argentina), Instituto Francês de Pondicherry (Índia), Grupos ou coletivos: Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, Grupo Agroecológico Craibeiras, Escuela Vocacional de Agroecologia (Argentina), ONG EcomAmor (Goiania), Grupo Agroecológico da Universidade Federal do Ceará, Sabiá – Centro de Desenvolvimento Agroecológico.

b. Autoria: individual, coletivo, grupo de pesquisa, etc.

- Trabalhos individuais: 12;
- Trabalhos em dupla: 6 (incluindo doutoranda e docente, graduandas e docente, alunas envolvendo graduação, mestrado e doutorado);
- Trabalhos coletivos: 4 trabalhos entre 3 e 5 autoras e 2 de grupos de pesquisa.

c. Diversidade dos níveis de formação dos autores: graduação, pós-graduação, técnicos/as e agricultores/as

d. Natureza do trabalho: projeto, resultados de pesquisa, relatos de experiência, dissertações, teses, etc)

Níveis de formação:

- doutorado: 15
- mestrado: 13
- pós-graduação (especialização): 2
- graduação: 9
- curso técnico: 1
- não especificado: 4
- resultados de pesquisa: 14
- resultado de projeto: 6
- relato de experiência: 5



2. Tendências temáticas

a. Mapeamento qualitativo e quantificação dos trabalhos que compõem as tendências apresentadas: Identificamos 4 principais linhas temáticas abordadas nos trabalhos apresentados para este GT:

1. (Des-)construção das categorias políticas e conceituais (3 trabalhos aprovados, 4 aprovados com revisão e 2 reprovados);
2. Relação entre sujeitos políticos e políticas públicas (4 trabalhos aprovados, sendo 3 com revisão e 1 trabalho reprovado);
3. Sujeitos políticos, territórios e natureza (3 trabalhos aprovados e 4 aprovados com revisão);
4. Educação, formação política, conhecimentos, saberes (2 trabalhos aprovados e 4 aprovados com revisão).

b. Breve descrição do conteúdo de cada categoria temática.

Os textos da linha 1, examinam a emergência e o reconhecimento da categoria política de mulheres camponesas no Brasil e suas ligações com a agroecologia. Além disso, partilham uma preocupação pelas condições materiais e ideológicas que tornam invisível o trabalho e a ação dessas mulheres e pelos processos que permitiram e permitem reverter essa tendência. Assim, alguns textos chamam a atenção para a categoria de mulheres camponesas negras e para a articulação das relações de poder baseadas em raça e em gênero. Neste enquadramento, a agroecologia é geralmente apresentada como um paradigma e uma prática que liga a produção de alimentos e o trabalho de cuidado com a natureza e como elemento-chave no reconhecimento político da categoria de mulheres camponesas. Por isso, alguns trabalhos chamam a atenção para o jogo dos atores políticos e para as visões que sustentam a construção do campo "agroecologia e feminismo" e sua diversidade interna. Estas reflexões desdobram-se em vários textos, em um exame crítico das categorias conceituais dominantes dos estudos feministas, visando afirmar a especificidade do que seria o "feminismo camponês e popular".

Os textos da linha 2, tratam das políticas públicas como respostas do poder público para problemáticas sociais, particularmente em relação à superação da desigualdade de gênero e à vida das mulheres, o acesso a políticas públicas que causam impactos positivos. Por esse motivo, nos textos, elas são apresentadas como estratégias relevantes para a construção da agroecologia, tanto ao potencializar e fortalecer experiências de produção agroecológica, quanto ao possibilitar condições para que as mulheres se reconheçam como sujeitos da agroecologia. Dessa forma, alguns textos compartilham casos de sucesso nos processos de desenvolvimento de políticas públicas nesse campo, inclusive por potencializar a reflexão feminista a partir das práticas agroecológicas. Além disso, o conjunto dos trabalhos aponta para as políticas públicas como aspecto fundamental na compreensão do processo de construção da agroecologia no Brasil, ao mesmo tempo em que fornece elementos para se refletir sobre as mulheres como sujeitos políticos



da construção agroecológica.

Os textos da linha 3, tratam da construção de um sujeito político por meio dos seguintes elementos:

- uma percepção compartilhada pelas mulheres em coletivos sobre os territórios onde produzem de forma agroecológica como territórios de liberdade ou territórios de (r)existência;
- estes territórios incluem a cozinha, o quintal, espaços considerados privados e invisibilizados, e se caracterizam pela diversidade de produtos e funções;
- a oposição aos territórios marcados pelo monocultivo, mineração, conflitos agrários e ambientais;
- a participação popular em políticas territoriais demandando a organização das mulheres em coletivos e a expressão de suas demandas;
- a solidariedade construída entre as mulheres mobilizando razão e emoção (senti-pensar) sem desconsiderar os conflitos dentro dos grupos também atravessados por questões de classe e casta e a presença/ausência de lideranças icônicas;
- a identificação como feministas e mesmo como agroecológicas não é um dado, mas um processo e em alguns casos ainda inconcluso.

Os textos da linha 4, examinam as práticas educativas, enquadradas sob o guarda-chuva de 'educação popular', ou 'educação informal', e sua ligação com o fortalecimento de identidades coletivas e processos dinâmicos de organização sociopolítica. Há um esforço para debruçar sobre as formas pelas quais determinados métodos de educação popular, como as metodologias participativas, a troca de saberes e o diálogo de modo horizontal, têm contribuindo para o reconhecimento e a valorização da mulher rural enquanto sujeito político e a conquista de sua autonomia.

Alguns textos exploram os impactos destas experiências pedagógicas focadas em 'gênero' ou 'mulheres' sobre as dinâmicas institucionais, seja no interior de uma ONG de assessoria, um sindicato de trabalhadores rurais (STR) ou no âmbito universitário, revelando que modo tais vivências problematizam determinados pressupostos que são subjacentes às suas intervenções e/ou desestabilizam a 'razão de ser' de um projeto político.

Um ponto que é pouco aprofundado nos textos é a conexão entre os modos de construção de conhecimento, que têm sido vivenciados no cerne do movimento agroecológico e nas modalidades da epistemologia feminista. Alguns textos vão além de uma análise da prática educativa 'stricto sensu' e abrangem a diversidade e a singularidade de práticas 'sociais' que se enraízam nas territorialidades que potencializam o uso dos espaços sociais, produtivos e políticos e que sinalizam novos modos de fazer 'política' a partir de suas abordagens e estratégias de mobilização social. Desta maneira, a maior parte dos textos não se conformam com enquadramentos normativos e pré-concebidos sobre 'educação' ou 'formação', ampliando a percepção sobre o papel das práticas educativas dentro dos processos organizativos e revelando os diversos caminhos percorridos para construção de conhecimento agroecológico, embora falta explicitar a natureza dos métodos utilizados.



3. Tipos de abordagem metodológica

a. Instrumentos de coleta de dados utilizados (qualitativos ou quantitativos)

- Pesquisas qualitativas (histórias de vida ou entrevistas com mulheres camponesas, agentes técnicos, dirigentes sindicais e outros informantes-chave, entrevistas semi-estruturadas);
- Observação participante no âmbito de projetos de extensão universitária ou de pesquisa militante, participação em eventos, grupos de estudos e debates;
- Pesquisas bibliográficas e documentais (história dos movimentos do campo, documentação institucional – incluindo políticas públicas, períodos e paradigmas políticos, teoria feminista);
- Análise de publicações do *Facebook*;
- Análise de experiências tidas no contexto da implementação de programas ou projetos sociais;
- Pesquisa-ação utilizando a técnica de Grupo Focal.

Alguns textos não especificam suficientemente a sua metodologia. Outros descrevem a metodologia de modo genérico e não utilizam os dados da pesquisa para fundamentar ou embasar afirmações feitas ao longo do trabalho. Alguns textos nem sequer descrevem a metodologia utilizada. De um modo geral, sentimos um descolamento entre a metodologia e a discussão dos resultados.

b. Descrição de aspectos mais gerais da realidade local / regional - aspectos históricos, econômicos, geográficos, políticos, etc.

Em geral, os instrumentos acima mencionados são usados para descrever a posição das mulheres camponesas (negras) em movimentos autônomos (MMTR, MMC, Marcha das Margaridas, GT de mulheres da ANA) ou mistos (MST, CONTAG) em diferentes estados (Paraná, Alagoas, etc.), em relação a diferentes atores do governo ou da sociedade civil (sindicatos, academia) e em diferentes espaços (inclusive virtuais). Nesta base, a emergência e o reconhecimento político destas mulheres são problematizados, dependendo em particular das ideologias, alianças e relações de poder entre atores. Vários estudos destacam que as relações de poder não são apenas externas, mas também internas aos movimentos rurais (mistos) e às comunidades das mulheres camponesas.

Na linha 2, são várias as realidades estudadas (Vale do Jequitinhonha, Sertão do Pajeú, município de Remanso, Nordeste e Sudoeste do estado da Bahia, assentamentos de Reforma Agrária do Estado de Goiás), contudo, apenas um dos textos faz uma descrição de aspectos gerais da realidade local.

c. Descrição de aspectos específicos da situação analisada

Em alguma medida, aspectos específicos da situação analisada foram descritos. De todos os artigos apresentados, apenas um se mostrou de modo genérico que, com a especificidade da situação que se pretendia analisar, se diluiu no texto.

4. Linhas teóricas e principais conclusões

a. No caso de referências teóricas explícitas, destacar os principais autores e conceitos



Os textos mobilizam, em particular, diversas correntes de feminismo crítico internacional (C. Mohanty, J. Scott, S. Federici, C. Deere, M. Leon, A. Puelo, K. Warren, D. Kergoat, J. Scott, V. Shiva) e brasileiro (A. Piscitelli, H. Saffiotie, C. Sardenberg, S. Alvarez, V. Boni, S. Carneiro), especificamente sobre os movimentos de mulheres rurais, (M. I. Paulilo, M. J. Carneiro, B. Heredia) e sobre o debate natureza e cultura (C. Merchant, S. Witner). Alguns textos mobilizam a epistemologia descolonial (M. Lugones, A. Escobar, A. Quijano, Haraway, D. ...), análise crítica do capitalismo (J. Crary, E. Dressler), do campesinato (E. Sabourin) e de sociologia das emergências (B. Santos). Utilizam o corpus específico sobre o campo da agroecologia (M. Altieri) e do diálogo entre a agroecologia e o feminismo no Brasil (E. Siliprandi, A. Butto, H. Guétat-Bernard, M. Nobre e N. Faria).

b. No caso de ausência de referências teóricas explícitas, destacar se há algum esforço de construir as categorias de análise que permitam ir além das intenções político-ideológicas

Vários estudos devem, de fato, argumentar melhor e, sem dúvida, qualificar sua intenção político-ideológica de afirmar a importância da categoria política das mulheres camponesas (negras) e sua ligação intrínseca com a agroecologia. No entanto, a falta de referências teóricas explícitas não é necessariamente o fator limitante. Pelo contrário, há, em alguns textos, um grande número de referências teóricas que sustentam esta intenção, mas que nem sempre são suficientemente confrontadas com os dados, ainda que as autoras obviamente tenham esses dados (devido ao seu envolvimento em pesquisas militantes, projetos de apoio, etc.). Um desafio importante para estes textos, portanto, é explicitar e trabalhar esses dados detalhando a metodologia, em particular o perfil preciso dos campos e/ou das pessoas entrevistadas, trazendo os dados da pesquisa para o texto (citações, notas de campo e outros registros) para, nesta base, aprofundar o diálogo com a teoria, discutindo-a e matizando-a, se necessário.

Por outro lado, em vários textos não se encontra algum esforço de reflexão teórica. As pesquisas, neste caso, pecam pelo excesso de empirismo. As referências teóricas são utilizadas mais para apoiar/confirmar os dados de campo e não para problematizar. Não se estabelece diálogos com a teoria para questionar categorias construídas (gênero, políticas públicas, sujeitos, capital social, ações afirmativas, empoderamento, etc.) e propor outras que potencializem o avanço da reflexividade crítica rumo a novas práxis políticas, a novas formas de agir no mundo.

Entretanto, em alguns casos os relatos de experiência articulam melhor a referência teórica com a análise do caso apresentado, o que sugere que espaços autogestionários feministas podem ter relevante contribuição para a construção do conhecimento.

No entanto, percebe-se uma dificuldade para explicitar as abordagens metodológicas que foram utilizadas para levantar os dados e efetivar uma análise crítica, talvez em parte pelo fato de muitos textos terem sido gerados a partir de uma intervenção em determinada comunidade ou grupo como um componente da experiência vivida por uma organização de assessoria no ciclo de implementação de algum projeto social.



c. Comentar em que medida as conclusões avançam em relação às questões colocadas na construção do estudo e sua contribuição ao debate do Feminismo e do campo agroecológico

Os textos da linha 1 afirmaram a importância conceitual e política da categoria de mulheres camponesas (negras) em relação à agroecologia em vários âmbitos e níveis (família, comunidade, movimento, relações com o governo e outros atores) e destacaram dificuldades ou mesmo retrocessos, particularmente em termos de políticas públicas. O principal desafio do nosso debate será especificar e problematizar algumas destas afirmações e fazer com que os textos interajam entre si para construir uma análise de conjunto.

Na linha 2, de modo geral, as conclusões são genéricas e não derivadas da prática da pesquisa, de modo que, algumas vezes, não sabemos como as autoras chegaram até elas. Da mesma forma, alguns textos não apresentam uma abordagem feminista, nem dialogam com a agroecologia; alguns deles nem mesmo tratam da agroecologia, embora tomem como objeto as políticas públicas e seus impactos na vida das mulheres, sendo essa, na maioria dos textos, a principal preocupação. Enfim, as conclusões não avançam em relação às questões postas. O relato de experiência traz mais elemento para que possamos pensar possíveis diálogos entre o feminismo e as práticas agroecológicas.

Os textos da linha 3 pretendem analisar como a sustentabilidade da natureza expressa nas práticas e discursos das agricultoras se materializa e desenha territórios em disputa frente a monocultivos, mineração, especulação imobiliária. As práticas são analisadas em um campo de contradições, observando quais as condições para que sejam transformadoras, mobilizando processos materiais e subjetivos.

Na linha 4, os textos afirmam a importância de debater o papel desempenhado pelas organizações e movimentos do campo agroecológico no sentido de fomentar a construção coletiva do conhecimento enquanto vetor do fortalecimento de novos sujeitos políticos, novos discursos, linguagens e práticas. Uma provocação é feita sobre a necessidade de incorporar as perspectivas trazidas pelas mulheres em relação a suas formas de traçar estratégias de mobilização social e organização sociopolítica – que passa pelas relações costuradas com os territórios, com os processos ditos ‘produtivos’ e com os conflitos socioambientais – nas visões e abordagens adotadas pelas organizações nas suas intervenções. Dentro de um entendimento do processo de consolidação de coletivos de mulheres enquanto sujeitos políticos como algo que se constrói na ‘práxis’, também é importante partir do pressuposto de que as organizações que estejam engajadas no apoio e na assessoria a comunidades e grupos devem primeiramente se aproximar das visões que as mulheres têm desenvolvido sobre os processos vividos e das posições que as mesmas ocupam nos diversos espaços pelos quais transitam.

d. Finalizar a Síntese com possíveis questões problematizadoras que suscitaram os textos lidos para contribuir com o debate em plenária (na sessão)

A seguir são sugeridas perguntas referentes a cada uma das linhas.



Quanto à **Linha 1** as seguintes perguntas poderão orientar o debate sobre a (des-)construção das categorias políticas e conceituais:

-Em que “campos sociais” estes casos ou processos se situam? Ou seja, quem são os principais atores (mulheres rurais, camponesas, sem terra, ONGs, sindicatos, movimentos, academia, governo, etc.) que configuram e disputam este(s) campo(s) e quais são suas respectivas posições e relações de poder?

-O que significa exatamente a “agroecologia” nestes campos? Que práticas, conhecimentos, ideologia, formas de organização socioeconômica ou sociopolítica, etc. a caracterizam ou são mobilizadas pelas mulheres nos seus processos de afirmação política?

-Que papel específico desempenha a agroecologia na afirmação das mulheres rurais como sujeitos políticos (desde quando, por meio de que processos, a que nível, em que plano, material ou ideológico)? Até onde foi esse processo?

-Finalmente, como se configura o tipo de feminismo defendido pelas mulheres rurais? Podemos identificar pontos comuns e diferenças-chave com outras formas de feminismo?

Quanto à **Linha 2**:

- Que papel desempenham as políticas públicas para a construção das mulheres como sujeitos políticos da agroecologia?

- Como as políticas públicas podem potencializar práticas agroecológicas protagonizadas pelas mulheres?

- Que aportes as práticas agroecológicas, potencializadas pelas políticas públicas e protagonizada pelas mulheres, trazem para o debate sobre a construção e as diferentes formas de se fazer feminismo?

Quanto à **Linha 3**:

– Por quais processos se dão a configuração de territórios (livres, em disputa, com participação popular), o cuidado com a natureza como parte da reprodução social e a constituição de sujeitos políticos que afirmam o feminismo e a agroecologia? Como estes se relacionam?

- O que os trabalhos apresentados contribuem para superar a dicotomia entre natureza/cultura no entendimento do que são os territórios e como eles se inscrevem na atuação coletiva das mulheres?

- Como combinar a resignificação dos territórios atribuídos às (ou assumidos pelas) mulheres (cozinha, quintal) e ao mesmo tempo não limitá-las a eles?

- A formação de um novo território (assentamento, PDS, Granja Verdecita, horta urbana) em oposição aos territórios do capital (monocultivos, mineração, etc.) demandaria habilidades coletivas das mulheres ou implicaria em formas organizativas próprias? E como isso se dá no caso de territórios delimitados pelo Estado em processos de participação popular?

As seguintes perguntas podem nortear o debate sobre a construção de sujeitos políticos a partir da educação, formação política e trocas de saberes (**Linha 4**):



- CONTRIBUIÇÕES E APORTES DO DUPLO PROJETO: FEMINISMO E AGROECOLOGIA NA “PRAXIS” (ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS)

- De que maneira os aportes metodológicos do movimento agroecológico, que propõe modos horizontais de construção de conhecimento e modalidades de epistemologia feminista, têm apontado novas formas de “fazer” política contribuindo para qualificar e enriquecer os processos de educação e formação?

- A “PRÁTICA EDUCATIVA”: EXPLICITAR AS ABORDAGENS E METODOLOGIAS UTILIZADAS

- O que entendemos por uma prática educativa que empodera e liberta? Quais metodologias e abordagens têm sido eficazes para fortalecer a atuação das mulheres enquanto sujeitos políticos nos diversos ambientes a partir de suas relações com os territórios?

- A INCORPORAÇÃO DA PERSPECTIVA FEMINISTA E AGROECOLÓGICA NAS ABORDAGENS E CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS INSTITUIÇÕES/ CURSOS NO ÂMBITO ACADÊMICO/ NÚCLEOS DE PESQUISA

- Quais são os entraves vividos no cerne das organizações de assessoria/STRs/entidades de ATER para abordar as mulheres de uma forma multifacetada a partir da perspectiva das ‘interseccionalidades’ apoiando suas diversas atuações políticas?
- Quais são os desafios inerentes à incorporação do tema de gênero e das perspectivas trazidas pelas mulheres nas experiências agroecológicas dentro dos cursos mais hegemônicos como ‘agronomia’, não apenas no que diz respeito à sua concepção programática, mas também em termos das abordagens adotadas?



Anexo: associação dos trabalhos às linhas temáticas

Titulo do trabalho	Autoras
Linha 1: (Des-)construção das categorias políticas e conceituais	
Feminismo camponês e popular... MMC Alagoas (trabalho enviado por escrito e apresentado oralmente)	Alessandra Keilla Silva
Feminismo(s) e o conceito de gênero... (trabalho enviado por escrito mas não apresentado)	Siomara Aparecida Marques
As mulheres camponesas e a emergência da perspectiva feminista... (trabalho enviado por escrito e apresentado oralmente)	Fernanda Folster de Paula
Participação política do "espaço agroecológico no Facebook"(trabalho enviado por escrito e apresentado oralmente)	Héloise Prévost
Olhares decoloniais para presenças das sem terras... (trabalho enviado por escrito e apresentado oralmente)	Christiane Coradin e Sonia Fatima Schendler
MARCHA DAS MARGARIDAS: sujeito, agricultura e Estado (trabalho enviado por escrito mas não apresentado)	Andrea Butto
Agroecologia e Identidade racial na construção do Feminismo Camponês e Popular (trabalho enviado por escrito mas não apresentado)	Maria Rosineide Pereira
Linha 2: Sujeitos políticos e políticas públicas	
POLÍTICAS E MULHERES NA CONSTRUÇÃO DE SUJEITOS DE DIREITO	Josélia Barroso Queiroz Lima et al.
Direitos e os desafios na busca pela igualdade de gênero na rede...	Marcia Marisa Pereira Muniz
Empoderamento de mulheres agricultoras: participação e poder	Ana Elizabeth Siqueira
Tecnologias em saneamento rural, agroecologia e questões de gênero...	Leniany Patricia Moreira et al.
MULHERES NA AGROECOLOGIA: A POLÍTICA ATER AGROECOLOGIA...	FREIRE, Kecya Emanuela Beserra et al.
DIREITOS E OS DESAFIOS NA BUSCA PELA IGUALDADE DE GÊNERO	MUNIZ, Márcia Maria Pereira et al.
Linha 3: Sujeitos políticos, territórios e natureza	
Organização coletiva de mulheres em práticas agroecológicas	Ingridy Cristina de Jesus Ferreira
Resources care taking, mobilization and social reproduction	Venkat
Feminismo y agroecologia en primera persona...	Silvia Papuccio de Vidal
Las audiencias publicas en defensa del territorio...	Norma Beatriz Andrade
Gênero, territorio e agroecologia: as guardiãs da vida...	Jardel Sousa da Silva
Ecomamor: a gestão coletiva de mulheres na produção...	Barbara Moraes Moraes
Mulheres de territórios: práticas agroecológicas na zona da Mata Sul	SILVA, Jádiele Cristina Berto; CRUZ, Rosiane Barboza da
Linha 4 : Educação, formação política e troca de saberes	
Sem medo de dizer "feminismo": a escola de formação feminista...	Germana Platão, Indinayara Gouveia e Marta Grave
A educação não formal e metodologias participativas...	Maria Josiane Moreira
Mobilização comunitária para transformação social...	Alessandra Calvão



Agroecologia como pratica territorial...	Ana Carolina Rodriguez Ibarra et al.
Coletivo de mulheres de Constantina/RS na construção...	KUBO, Rumi Regina; BUBANZ-SILVA, Tamara Raísa
Mulheres de luta: a dinâmica do feminismo sendo construída pela agroecologia...	FORTE NETO, Francisco Tavares e VIEIRA, Mariana Gomes